

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.547.722 - PR (2015/0193209-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : ENIO MARIO MARIM
RECORRENTE : JOAO LACOLLA
RECORRENTE : LAURA MEIRELLES
RECORRENTE : LUIS MANUEL RAPOSO BENEVIDES
RECORRENTE : MARCOS CELIO TARGA DE ARAUJO
RECORRENTE : ODETTE COSTA REBELLO
ADVOGADO : NORIYASSU KAWAHARA SETO TAKEGUMA - PR033241
RECORRIDO : BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL DO BANCO CENTRAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por ENIO MARIO MARIM e OUTROS, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. CONSECTÁRIOS LEGAIS. JUROS MORATÓRIOS.

1. A jurisprudência entende que, tendo sido as execuções de sentença propostas em caráter individualizado e em épocas diversas, o critério da atualização monetária e juros moratórios não se pode extrapolar os limites subjetivos da coisa julgada sob o fundamento de isonomia, uma vez que a igualdade deve ser reconhecida frente à lei e não frente aos consectários legais estabelecidos nas decisões judiciais.

2. De acordo com a jurisprudência do STJ (REsp nº 1.112.746/DF, Rel. Min. Castro Meira, DJU 31/08/2009), a adoção, em fase de execução, de índices de correção monetária e juros de mora diversos dos fixados no título exequendo, em virtude de legislação superveniente, não afronta à coisa julgada.

3. O regramento do artigo 508 do CPC tem sede própria na quadra de conhecimento e visa a impedir diversidade de julgamento para litisconsortes que comungam de um mesmo interesse. Rigorosamente, não há invocar o referido artigo para a fase de execução / cumprimento de sentença, notadamente quando dista no tempo a pretensão executória de cada um dos litisconsortes e verifica-se diversidade de legislação acerca da atualização do débito à época do exercício dessa pretensão executória de cada um deles. Outrossim, não se verifica solidariedade entre os litisconsortes a justificar a igualdade de tratamento vindicada.

4. Agravo desprovido" (fl. 194e).

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, as partes ora recorrentes apontam, além do dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 301, §3º, 467, 468 e 509 do CPC/73, sustentando que: a) "ao contrário do que afirmou a decisão recorrida, há comunhão de direitos e interesses entre os agravantes e os litisconsortes ativos que [já] perceberam os juros moratórios" (fl. 214e); b) "na espécie, configuraria flagrante injustiça e, portanto, desvio da finalidade do Judiciário, deixar de entregar aos recorrentes os juros moratórios [já] percebidos por outros litisconsortes, vez que ambos integram a mesma lide e gozam dos mesmos direitos, tirados da mesma sentença de mérito" (fl. 215e).

Por fim, requerem o provimento do Recurso Especial.

Contrarrazões a fls. 234/252e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 273/274e).

A irresignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelas partes ora recorrentes, em face de decisão proferida nos autos de cumprimento de sentença, a qual reconheceu a possibilidade de incidência de juros moratórios no período transcorrido da data do cálculo até a definição do **quantum debeatur**, com o trânsito em julgado dos embargos à execução, ou com o decurso **in albis** do prazo para Fazenda Pública opô-los.

O Tribunal local negou provimento ao Agravo de Instrumento.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Acerca da controvérsia, manifestou-se o Tribunal de origem:

"Referida decisão, foi complementada nos embargos de declaração, pelas seguintes razões, *verbis*:

No agravo de instrumento 2006.04.00.030381-3, a Turma entendeu que 'É possível a expedição de precatório/RPV complementar quando o objetivo é, a exemplo do presente caso, o pagamento de juros moratórios no período que medeia a realização da conta e a expedição da requisição.'.

A parte embargante sustenta que 'os embargantes e os litisconsortes do agravo de instrumento nº 2006.04.00.030381-3, ENCONTRAM-SE EM SITUAÇÕES IDÊNTICAS E POSSUEM OS MESMOS INTERESSES, os embargantes devem gozar da mesma disciplina jurídica aplicada aos litisconsortes do referido agravo de instrumento, a bem do disposto no artigo 509, do Código de Processo Civil, que assim reza: 'Art. 509. O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos seus interesses.'"

Superior Tribunal de Justiça

(fls. 03/04, EMBDECL1, evento 11).

O regramento do artigo 508 do CPC tem sede própria na quadra de conhecimento e visa a impedir diversidade de julgamento para litisconsortes que comungam de um mesmo interesse. Rigorosamente, não há invocar o referido artigo para a fase de execução / cumprimento de sentença, notadamente quando dista no tempo a pretensão executória de cada um dos litisconsortes e verifica-se diversidade de legislação acerca da atualização do débito à época do exercício dessa pretensão executória de cada um deles.

Outrossim, não se verifica solidariedade entre os litisconsortes a justificar a igualdade de tratamento vindicada. *In casu*, não se verifica quaisquer das hipóteses de incidência da norma invocada.

(...)

Não vejo motivos para alterar o entendimento exposto na decisão acima transcrita.

Por esses motivos, voto por negar provimento ao agravo" (fl. 192e).

Do exposto, constata-se que os recorrentes não infirmaram, de forma específica, o fundamento suficiente destacado, utilizado pelo Tribunal de origem. Destarte, incide, na espécie, a Súmula 283/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"), por analogia.

Além disso, a reversão do entendimento adotado pelo Tribunal **a quo**, no sentido de que "não se verifica solidariedade entre os litisconsortes a justificar a igualdade de tratamento vindicada", exigiria a incursão no conteúdo fático-probatório dos autos, o que é vedado, em sede de Recurso Especial, em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

Sinale-se, por fim, o não cabimento do Recurso Especial com base no dissídio jurisprudencial, pois as mesmas razões que inviabilizaram o conhecimento do apelo, pela alínea **a**, servem de justificativa quanto à alínea **c** do permissivo constitucional.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais

Superior Tribunal de Justiça

recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora

